

O NORTE DO DISTRITO

QUINZENÁRIO NACIONALISTA

— Defensor dos interesses dos concelhos do Norte do Distrito de Leiria —

Proprietário: Dr. Ernesto Lacerda

Director e Editor: Dr. Joaquim Alves Tomaz Morgado

Chefe da Redacção: A. Paula Santos

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: AV. PADRE DIOGO VASCONCELOS — FIGUEIRÓ DOS VINHOS — COMP. E IMP.: OFICINAS GRÁFICAS — CASTANHEIRA DE PÊRA — TELEFONE 16



À Guisa de Programa

INICIA hoje a sua publicação «O Norte do Distrito».

Na petição em que se solicitou dos competentes Serviços, a respectiva licença, afirmou-se que este jornal teria feição principalmente regionalista e se orientaria pelos princípios da Ordem Social e Política vigente.

Nestas palavras estão, implicitamente, contidas as linhas gerais do programa que «O Norte do Distrito» se propõe seguir.

Será nossa preocupação dominante dar o merecido relevo a tudo que diga respeito aos interesses do nosso concelho, agitando e discutindo os seus problemas, as suas necessidades e as suas aspirações, no objectivo de contribuir para a sua melhor solução, e portanto, para o desenvolvimento e para o progresso de Figueiró dos Vinhos e da sua região.

Procuraremos esclarecer e orientar a opinião pública local, informando-a com justeza e objectividade, para que a verdade possa resplandecer e triunfar sobre a mentira, para que todos possam ter acerca desses problemas, necessidades e aspirações, uma visão real e quanto possível perfeita e não uma visão deformada pela ignorância dos factos, ou pelo errado conhecimento proveniente de deficientes ou suspeitas fontes de informação.

Este jornal será, portanto, o defensor intransigente de tudo quanto possa, por qualquer forma, interessar ao progresso do nosso concelho e ao bem estar da sua população.

Nas suas colunas se pugnará, com desassombro, serenidade e imparcialismo pela defesa dos interesses vitais do concelho, sem olhar a interesses ou influências particulares, e por isso mesmo, mesquinhos e egoístas, que terão de ceder perante o interesse público e colectivo.

Sem desfalecimentos, lutaremos pela satisfação justa e legítima das aspirações desta terra que a natureza dotou com belezas incomparáveis, belezas que devem ser valorizadas e realçadas pela acção e pela obra dos homens.

Figueiró dos Vinhos orgulha-se — e com razão — dos encantos das suas paisagens, da exuberância da sua vegetação, da pureza dos seus ares, da amenidade do seu clima, orgulha-se de ser uma região especialmente privilegiada e fadada para o turismo.

Quanto mais legítimo é este orgulho, mais ele comanda a todos os figueiroenses o dever de conjugar esforços, de lutar com ânimo, vontade forte, dedicação e espírito de sacrifício e sem transigências, em prol do engrandecimento e do progresso da sua terra.

Perante esta causa — a mais nobre e mais bela de todas as causas — todas as outras são de anódina importância e por isso despreciables.

Com os recursos de que dispomos, que infelizmente são limitados, e com o auxílio do Estado, que felizmente tem sido em escala apreciável, poderemos continuar a obra já encetada de forma a que aos vindouros fique memória do nosso esforço e do nosso amor por esta terra, que desejamos seja cada vez mais próspera e mais feliz.

Reconhecemos porém que, além dos problemas que de forma particular interessam ao nosso concelho, existem outros que, por sua natureza, são ainda comuns aos concelhos vizinhos a que estamos ligados, não só pelos laços resultantes da proximidade geográfica, como por sentimentos de amizade e compreensão e ainda por certo grau de interdependência, afinidade e comunhão de interesses.

(Continua na 5.ª página)

Campanha contra o Analfabetismo

De harmonia com o pensamento do Governo da Nação, e associando-se aos desejos manifestados com a publicação dos dois importantes diplomas que visam à extinção do analfabetismo no país, a Câmara Municipal do nosso concelho pediu a criação de três Cursos de Educação para adultos.

Um diz respeito ao sexo feminino e funcionará na Escola Primária feminina desta vila; os outros dois funcionarão na Escola Primária Masculina.

DIA DO CEGO

Ao apelo lançado pelo Instituto de Assistência aos Inválidos para colheita de donativos destinados aos cegos, correspondeu o nosso concelho por forma inequívoca.

Uma Comissão de Exmas. Senhoras, com a gentil colaboração das alunas da Escola Secundária, percorreu, no dia 13 de Dezembro último, toda a vila e recebeu da população o seu generoso contributo.

FESTA ENCANTADORA

À semelhança dos anos anteriores, o Sr. Dr. Fernando de Lacerda, nosso ilustre conterrâneo e distinto médico oftalmologista em Lisboa, quis proporcionar à petizada da nossa terra uns momentos de alegria e encantamento.

Cerca de uma centena de crianças viveu horas de intenso júbilo. Depois de lhe ser servida uma apetitosa merenda composta por «sandos», bolos e arroz doce, teve o ensejo de ver e «comentar» uma apropriada sessão de cinema e, no fim desta e para fecho daquela tarde feliz do dia de Natal, recebeu das mãos do seu Amigo bonitos brinquedos que, aquele, ia entregando consoante as idades e até as preferências manifestadas.

Festas como esta a que nos referimos reflectem nitidamente as qualidades de carácter e coração que exornam a figura prestigiosa deste bondoso médico, que, nesta quadra do ano, nunca esquece as crianças da terra que lhe foi berço.

Gesto Simpático

É digna dos maiores louvores a oferta que o nosso conterrâneo Sr. Manuel Carlos Cardoso Furtado, proprietário do Café Cardoso desta vila, fez à Comissão Municipal de Assistência, no dia de Natal. Do apuro daquele dia, no seu Café, destinou 10% para os pobres protegidos por aquela Instituição. Gesto simpático que nos apraz registar.

O PLANO DE FOMENTO E A BARRAGEM DA BOUÇA

REDUZIDO espaço de que dispomos e a falta de preparação para um estudo cuidadoso e minucioso do gigantesco empreendimento que é o Plano de Fomento, proposto pelo Governo para execução nos anos de 1953 a 1958, levam-nos a uma modesta e superficial referência.

Do valor material de tão vasto e profundo programa de realizações e da necessidade premente na consecução da obra, que, só em nossos dias se tornou viável, quase desnecessário seria falar-se. Todos os portugueses sentiram mais acesa a chama do seu amor à Pátria e mais viva a luz da fé nos altos destinos reservados a Portugal, quando tiveram conhecimento da nova fase de ressurgimento que vai operar-se por todo o mundo português.

Nunca, até hoje, fora possível a Portugal elaborar um semelhante esquema, a não ser em sonhos. Sonhos belos, é certo, mas sonhos, apenas, por falta de oportunidade na sua concretização.

Apesar da nossa História se repartir por oito bem contados séculos de existência, a extensão e magnitude dos problemas a equacionar eram de molde tal que todas as intenções de tantos anteriores governos e governantes iam esbarrar sempre no escolho irremovível da deficiência financeira.

O alicerce, sobre o qual assentaria toda a estruturação de um plano da grandiosidade do que estamos tratando não existia.

E, assim, os anos foram passando, impiedosamente, sobre a nação portuguesa sem que o tantas vezes debatido problema do aumento de nível de vida da população, alcançasse a solução conveniente.

Portugal, porém, desde a constituição da nacionalidade e através das vicissitudes de toda a ordem que muitas vezes lhe têm tolhido os movimentos, tem-se sabido encontrar, sempre, na altura própria.

Mais uma vez a história se repetiu em nossos dias e o Destino, ou a Providência e a infinita graça de Deus deram-lhe um Chefe, no momento preciso. Salazar, depois dum exercício brilhante como Mestre catedrático de Coimbra, soube aplicar na prática, por forma inatingida até então, as suas doutrinas pessoais e as dos sábios mestres de cujas teorias era admirador fervoroso.

E o tal alicerce que nos faltava, as fundações imprescindíveis para a realização da obra que a todos os portugueses se apresentava como inadiável, mas ia sendo sempre protelada à es-

pera de melhores dias, acabou por aparecer à superfície. De pequenino e despresível grão de areia, dia a dia, ano a ano congregando novos grãos, a pouco e pouco se transformou na rocha firme que todos os portugueses podem já ver, mesmo a olho nu.

Agora é possível, pois, olhar bem de frente para o futuro, não receando a todo o momento — que venha a desmoronar-se a obra a construir e a já edificada.

Ainda que nos detenhamos na fria observação da cifra volumosa de treze milhões e meio de contos, valor global do plano; e pensemos que a capitalização e investimento daquele montante em obras de toda a espécie, criação de novas indústrias e aperfeiçoamento das existentes, agricultura, portos, caminhos de ferro, etc. etc., são escalonados pelo curto período de seis anos, não podemos, estou certo, fazer um juízo seguro da soma de trabalhos, estudos e canseiras de toda a ordem que se tornou necessário acarrear, lenta, mas metódicamente, proporcionando ao país esta nova seiva que lhe permitirá revigorar as energias.

Mercê deste plano, a entrar muito em breve em execução, a nossa região é credora ao Governo dos mais significativos agradecimentos.

Foi proposta uma avultada verba para o aproveitamento hidro-eléctrico do Rio Zêzere, a investir na construção da barragem e central da Bouça.

As vantagens desta importantíssima obra são sobejamente conhecidas de todos. Vantagens imediatas, resultantes do intenso movimento que toda esta região vai experimentar, e, em especial, toda a área circunvizinha à Ponte das Bairradas, com a afluência de pessoal e dirigentes. Vantagens que advirão num futuro próximo, e pela mão do turismo, no extremo norte do Distrito.

Oportuna foi, portanto, a intervenção do Deputado pelo nosso distrito, o proprietário do nosso jornal, Sr. Dr. Ernesto de Lacerda, quando, na Assembleia Nacional, pediu a inclusão do aproveitamento do Zêzere, à Bouça, no plano a que nos vimos referindo e estava, então, a ser discutido na generalidade.

Oportuna, repetimos, porque foi, afinal, o Governo que veio ao encontro desta pretensão. Numa proposta de alteração enviada à Assembleia Nacional pelo Governo da Nação, depois de judiciosa argumentação a favor da prioridade de certos investimentos sobre outros, incluía-se a obra de construção da barragem da Bouça

(Continua na 2.ª página)

Alvaiázere

O APARECIMENTO de «O Norte do Distrito» à luz da publicidade não é circunstância que nos possa deixar indiferentes.

Sabemos que, integrado nos princípios que enformam o actual sistema político português, se propõe defender, nobre e galhardamente, os interesses e aspirações da parte norte do distrito de Leiria, ou seja da região que inclui o nosso concelho — o Concelho de Alvaiázere, e isso nos basta para que nos proponhamos saudar o seu corpo directivo e receber com carinho e com esperança o novo periódico.

São muitas e de vária ordem — sabemos-lo — as dificuldades que as publicações provincianas têm quase sempre de vencer, mas o facto de as arredarem e transporem será mais um mérito a assinalar aos animadores de «O Norte do Distrito», entre os quais sabemos que existem inteligências lúcidas e vontades firmes.

A Imprensa, à qual os princípios constitucionais vigentes conferem foros de órgão de opinião pública, terá, como contamos, no presente periódico, um elemento de valor a enriquecê-la e a dignificá-la.

Alvaiázere e o seu concelho espera-o confiante, e não raro pediremos acolhimento nas colunas do novo órgão da serra para realçarmos as belezas deste rincão, que são muitas, e para pugarmos pela satisfação das suas necessidades, que são algumas.

Não perderemos de vista que ser bairrista é ser também patriota e que aquele se integra neste, quando o enraizamento é feito sem impertinências.

Se cada qual lutar pelo engrandecimento do seu lar (concluiremos por agora), teremos melhorado a nossa povoação; se despertarmos as actividades em prol dos legítimos interesses da nossa terra, seremos obreiros duma Pátria que desejamos progressiva.

Bem hajam, pois, os impulsionadores de «O Norte do Distrito» pela finalidade que descortinamos nas suas intenções.

A.

STUPETE GENTES!

Senhor Director:

Pede-me V.^a Ex.^a a minha colaboração para o jornal que pela primeira vez vê a luz da publicidade sob a direcção de V.^a Ex.^a.

Eu sempre gostei muito de crianças. Ampará-las, protegê-las, prepará-las para a luta que é necessário travar nesta vida cheia de ilusões, é obrigação a que nós, os «velhos», não devemos fugir.

Por esta razão, pela consideração que V.^a Ex.^a me merece e pela honra com que quis distinguir-me, não posso negar o meu amparo a tão simpática criança a que, sob as águas puras que são o suor dos sacrifícios encetados, deram o nome de baptismo de «O NORTE DO DISTRITO».

E' de prever um grande e risonho futuro para o neófito, dado o carinho com que, por certo, vai ser tratado pelos seus progenitores, recebido pela sociedade e abraçado pelos seus... irmãos mais velhos...

Uma dificuldade, porém, me surge no momento: é que não sei sobre que deva escrever. Já lá vão hoje três artigos para jornais diferentes, e os motivos vão escasseando.

Falar-lhe, pois, de quê? Do homem, eternamente desconhecido na sua essência?

Da mulher, sempre uma interrogação para a vida do homem? Da vida em geral?

Do amor? Ah! talvez de amor, talvez. E então vem a talho de foice contar-lhe um episódio assaz interessante:

A minha criada, que em criança padecera da varíola, doença que lhe deixou gravado no rosto «per omnia secula» o ferrete da sua indesejável presença, apareceu hoje em casa muito chorosa, simplesmente porque o seu namorado, o caixeiro da confiança do meu merceeiro, a abandonou, depois de ter acertado em cheio no coração da pobre «quarentona»

umas tremendíssimas setas de Cupido que a deixaram a sangrar...

Depois, o que ainda mais martiriza a pobre sopeira, é que o «D. Juan» chamou-a bexigosa.

— Bexigosa, eu, minha senhora, que tenho tido bons casamentos e todos regeitei por causa daquele... pernetá... Sim, minha senhora, que não sei se reparou que ele até é manco...

* * *

Ora aqui temos, Senhor Director, o exemplo nítido dum dos vários paradoxos de que nos fala Pitigrilli. A «jovem» e apaixonada sopeira, durante os 32 dias que duraram os seus amores com o caixeiro, dizia ser ele o rapazinho mais perfeito deste bairro alegre e cheio de encantos, onde as crianças, à tardinha correm alegremente como aves, em debandada, não se cansando de falar das elegâncias dos seus passos como quem aprecia o trote inglês dum lindo alazão. Agora, até é coxo...

Por seu turno, o alazão... perdão, o caixeiro, quantas frases estudaria do livro «Mil Cartas de Amor», para conquistar o coração, agora despedaçado, da pobre sopeira, sem reparar nos sinais epidérmicos que lhe deixou no rosto a infantil varíola?

Na sua primeira fase, temos o amor cego, como o classificou Shakespeare. Por último, entra a paradoxal definição: o amor é cego e vê.

Ora o caixeiro, sem saber, foi distinguir-se dos grandes Homens.

Pois não é certo que Josefina, a célebre amante de Napoleão, não tinha dentes? Não é também certo que delicadíssimos poetas como Horácio e Ovídio; que Generais como Alcibiades e Napoleão; que grandes compositores como Schubert e Chopin, procuraram o amor das criadas?

E não é, também verdade que

Ansião

DE HÁ muito se fazia sentir a falta de um jornal que, sem partidatismo embora integrado na ética do Estado Novo, pugnassem pelos interesses dos concelhos que compõem o norte do distrito de Leiria. Ei-lo que surge com o alvorecer de mais um Ano Novo e, por isso, na perspectiva de bom augúrio para aqueles que decididamente meteram ombros a tão arrojado empreendimento. De carácter regionalista defenderá, certamente, as legítimas aspirações da vasta região serrana que vai servir e, assim, terá o apoio de quantos, esquecendo possíveis mal-entendidos e nem sempre justificáveis melindres, olham com amor o rincão onde mourejam, sempre esperançados em melhorar as condições de vida dos seus conterrâneos, tanto no campo económico como social, sem esquecer a formação moral e espiritual que torna o indivíduo apto a bem desempenhar o papel que lhe cabe como membro duma sociedade bem constituída.

O título sugestivo do jornal, o seu ilustre corpo redactorial e a falange numerosa que, sem dúvida, o apoiará, são garantia segura do seu triunfo e certeza consoladora dos anseios de toda a população que vai servir. Cremos que saberá trilhar caminho seguro, mantendo leal colaboração com todos aqueles que defendem os mesmos princípios doutrinários e têm as mesmas aspirações para que seja cada vez maior o prestígio de Portugal no Mundo.

Ao escrever estas ligeiras e despretenciosas palavras, à guisa de apresentação aos ilustres habitantes do meu concelho, saúdo «O Norte do Distrito» e desejo-lhe longa vida.

Elísio de Oliveira

Plano de fomento e a barragem da Bouçã

como uma das beneficiadas pelo actual plano de fomento.

Todos nos devemos considerar, pois, de parabéns pelo melhoramento que vamos usufruir num curto prazo.

E, como beirões que somos, a expressão sincera do sentimento de gratidão de que estamos todos possuídos não poderá encontrar forma de mais rigor, nem de maior valia que um muito alegre, um caloroso «bem haja».

Bem haja, pois, o Governo da Nação!

Paula Santos

Goethe casou com a sua leiteira (mais tarde a Senhora Vulpius)?

Ai, Senhor Director! Se a filosofia do pobre caixeiro comportasse o conhecimento da vida amorosa destes Grandes Homens, a estas horas andava eu à volta com o mais difícil dos problemas: arranjar criada!

«Stupete, Gentes!»
Um grande abraço, com desejos das maiores venturas do

Carlos Beirão

Infinito, Janeiro de 1953.

Castanheira de Pera

DE RELANCE

É FREQUENTE ouvir dizer que o País, de Norte a Sul, tem atravessado uma era de progresso e de engrandecimento que atinge as mais humildes povoações. Com inteira justiça deve confessar-se que, na verdade, assim é.

No tocante ao concelho de Castanheira de Pera verifica-se, com efeito, que todos os que têm dirigido os seus destinos, ao mesmo tempo que se esforçam pelo progresso da sede, velam constantemente pelo engrandecimento das restantes povoações.

E assim é que este concelho disfruta condições especiais que o colocam a par dos concelhos rurais mais progressivos do País, tendo em atenção a categoria. O progresso dum concelho não deve ou não pode avaliar-se só pelo progresso da sua sede, pois o concelho não é apenas a vila. Há que ter em consideração as freguesias ou povoações que dele fazem parte integrante e que constituem a quase totalidade da sua população.

No concelho de Castanheira de Pera, ao tratar-se do abastecimento de água ao domicílio na vila, não se descurou este problema quanto às outras povoações. O mesmo deve afirmar-se quanto à electrificação, telefone e vias de comunicação. Pode dizer-se que cerca de dois terços do concelho estão electrificados e têm ao seu alcance fácil o telefone, e as povoações que, por circunstâncias especiais, ainda não usufruem semelhantes regalias, verão satisfeitas as suas aspirações em dia que não virá muito longe.

Quanto a águas e vias de comunicação, pode dizer-se que a quase totalidade das localidades, por mais humildes que sejam, dispõem de água potável e estradas. Raríssimas são as que ainda não gozam de idênticos melhoramentos, mas, cuidadosa e persistentemente, a Câmara actual procura dar-lhe a solução adequada, por ser uma das suas mais instantes preocupações, conforme o tem demonstrado pelo abastecimento de águas que levou já a várias povoações, algumas bem humildes.

Segue o lema de que a água potável deve estar acima de qualquer outro melhoramento, e que, só depois de construída a estrada, estará o telefone e luz eléctrica na senda progressiva de qualquer localidade. E está bem. Concelho pequeno e de tenra idade pois não conta ainda 40 anos de existência, Castanheira de Pera foi forçada a enfrentar múltiplos problemas, como fossem a construção dos Paços do Concelho, abastecimento de água, electrificação cujos serviços são municipalizados, estradas, calçadas, chafarizes, pontes etc.

E pode afirmar-se sem receio que quase tudo foi feito nestes últimos 25 anos, graças ao Estado Novo e mercê da orientação decidida e firme dos seus sucessivos dirigentes e da boa compreensão dos seus habitantes.

Quem comparar a vila de Castanheira de Pera de hoje com a que era há cerca de 25 anos é forçado a confessar que notável transformação sofreu no seu engrandecimento, na sua fisionomia e até no seu prestígio.

Quer tivesse sido pela iniciativa privada ou pública, a verdade é que, em conjunto, a vila de Castanheira de Pera, e já não falamos no concelho, não esconde a sua satisfação por ter sabido acompanhar a marcha progressiva e de engrandecimento que invadiu o País nestes últimos 25 anos.

E tudo foi possível operar-se mediante um ambiente privilegiado de harmonia, de boa compreensão, de espírito de sacrifício e dedicação, o que quer dizer, sob um clima óptimo ao prestígio e desenvolvimento de um concelho.

A união verdadeira aliada à congregação de esforços e vontades fortes, disciplinadas e bem orientadas sempre foram e ainda hoje constituem sólidos alicerces sobre os quais pode, com segurança, erigir-se o imponente e magestoso monumento que é a grandeza e prosperidade de uma terra.

Não será de mais apregoar esta verdade, que deve estar sempre presente no espírito de todos nós, para que a Imprensa regionalista a propague convenientemente e a encareça como é de toda a justiça.

Vem hoje à luz da publicidade «O Norte do Distrito» que ardosamente se propõe pugnar pela defesa dos interesses e justas aspirações desta ridente e formosa região.

Confiamos no seu prestigioso Director, cujas qualidades de inteligência, ponderação e bom senso sobejamente tem sabido revelar durante a sua vida pública e profissional, certos de que saberá cumprir galhardamente a missão árdua e espinhosa a que se propôs, tarefa difícil, é verdade, mas sempre possível.

Confiamos no Castanhense Ilustre que jamais esqueceu a terra que lhe serviu de berço, e que, por esta razão, não deixará de acarinhar e lutar pela satisfação das mais legítimas aspirações do nosso concelho, e de, com ele, compartilhar das suas alegrias, das suas glórias e dos seus infortúnios.

Novo paladino surge na nobre e sagrada missão da Imprensa, e, embora pareçam muitos, nunca serão de mais.

Que «O Norte do Distrito» seja facho incandescente a irradiar harmonia, concórdia, dedicação e boa vontade por sobre os espíritos bem formados da nossa região, para que todos se unam em torno dos seus respectivos concelhos, para bem do seu futuro e do seu pleno desenvolvimento. União sincera de dedicações e boas vontades que visem apenas os interesses supremos do concelho, que deverão estar acima de meras questões pessoais ou de injustificadas rivalidades.

Que seja também elo de ligação entre os concelhos do norte, procurando intensificar mais intimamente as relações de amizade, simpatia e boa camaradagem, que entre si devem existir, para bem da região, do seu prestígio e do seu bom nome.

Que seja ainda leal intérprete do sentir unânime de que todos não são de mais, tornando-se, portanto, necessária a união de valores marcantes que ardentemente desejam ver elevado bem alto o nome do seu concelho.

(Continua na 5.ª página)



Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos

Recenseamento Eleitoral

EDITAL

António Antunes dos Santos, *Chefe da Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de FIGUEIRÓ dos VINHOS*
 FAZ SABER, nos termos e para os efeitos do art.º 10.º da Lei n.º 2.015, de 28 de Maio de 1946, que as operações do recenseamento dos eleitores do PRESIDENTE DA REPÚBLICA e da ASSEMBLEIA NACIONAL para o ano de 1953, terão início em 2 de Janeiro e terminarão em 15 de Março do mesmo ano.

Ao abrigo do disposto nos Art. 1.º e 2.º da citada Lei:

São eleitores, e como tal, recenseáveis:

1.º — Os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores, ou emancipados, que saibam ler e escrever português;

2.º — Os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores ou emancipados, que, embora não saibam ler e escrever, paguem ao Estado e corpos administrativos quantia não inferior a 100\$00, por algum ou alguns dos seguintes impostos: contribuição predial, contribuição industrial, imposto profissional e imposto sobre aplicação de capitais.

3.º — Os cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados, com as seguintes habilitações mínimas:

a) — curso geral dos Liceus;

b) — curso do Magistério Primário;

c) — curso das Escolas de Belas Artes;

d) — curso do Conservatório Nacional ou do Conservatório de Música do Porto;

e) — curso dos Intitutos Industriais e Comerciais.

4.º — Os cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados, que, sendo chefes de família, estejam nas demais condições fixadas nos n.ºs 1.º ou 2.º.

Para os efeitos do disposto neste número, consideram-se chefes de família as mulheres viúvas, divorciadas, judicialmente separadas de pessoas e bens ou solteiras que vivam inteiramente sobre si.

5.º — Os cidadãos portugueses do sexo feminino que, sendo casados, saibam ler e escrever português e paguem de contribuição predial, por bens próprios ou comuns, quantia não inferior a 200\$00.

A prova de saber ler e escrever faz-se:

a) — Pela exibição de diplomas de exame público, feita perante a comissão que funcionará na sede da respectiva Junta de Freguesia;

b) Por requerimento escrito e assinado pelo próprio, com reconhecimento notarial da letra e assinatura;

c) Por requerimento escrito, lido e assinado pelo próprio perante a comissão referida na alínea a), desde que no mesmo requerimento assim seja atestado, com a autenticação por meio do selo branco ou tinta de óleo da Junta de Freguesia;

d) — Pela respectiva declaração aos mapas enviados pelas repartições ou serviços a que se refere o art. 13.º da citada Lei.

A prova do pagamento referido nos 2.º, 4.º e 5.º faz-se:

a) — Pela exibição, perante a comissão de freguesia, dos conhecimentos respectivos, cujos números ficarão anotados no verbete ou processo individual do eleitor;

b) — Pela inclusão no mapa enviado pelo chefe da Secção de Finanças.

Ao marido se levarão em conta os impostos correspondentes aos bens das mulheres, posto que entre eles não haja comunhão de bens, e aos pais os impostos correspondentes aos bens dos filhos menores a seu cargo.

A prova das habilitações referidas no n.º 3.º faz-se:

Pela exibição do diploma do curso, da certidão ou a pública forma respectiva, perante a comissão a que se refere a alínea a) ou pela declaração respectiva nos mapas enviados pelas repartições ou serviços mencionados no art. 13.º, da citada Lei.

Não podem ser eleitores:

1.º — Os que não estejam no gozo dos seus direitos civis e políticos;

2.º — Os interditos por sentença com trânsito em julgado e os notoriamente reconhecidos como dementes, embora não estejam interditos por sentença.

3.º — Os falidos ou insolventes, enquanto não forem reabilitados;

4.º — Os pronunciados definitivamente e os que tiverem sido condenados criminalmente por sentença com trânsito em julgado, enquanto não houver sido expiada a respectiva pena e ainda que gozem de liberdade condicional;

5.º — Os indigentes e, especialmente, os que estejam internados em asilos de beneficência;

6.º — Os que tenham adquirido a nacionalidade portuguesa, por naturalização ou casamento, há menos de 5 anos.

7.º — Os que professem ideias contrárias à existência de Portugal como Estado independente e à disciplina social;

8.º — Os que notoriamente careçam de idoneidade moral.

Todos os cidadãos com direito a voto, poderão requerer a sua inscrição no Recenseamento, ao Presidente da Comissão Recensadora, por intermédio das Comissões de Freguesia, e deverão mencionar, além do nome, o dia do nascimento, filiação, profissão, habilitações literárias e morada.

Para constar, se publica o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares do estilo.

Paços do Concelho, 30 de Dezembro de 1952.

António Antunes dos Santos



Ministério do Exército
Recenseamento Militar

— Todos os indivíduos que completem vinte (20) anos de idade no ano de 1953 são obrigados a fazer a respectiva declaração, durante o próximo mês de Janeiro, na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho ou da Administração do Bairro em que residirem; igual obrigação existe quanto a seus filhos, tutelados ou indivíduos sobre quem tenham acção directa, para os pais, tutores ou pessoas de que dependam os indivíduos que se encontrem naquelas condições de idade. A falta da declaração importa a aplicação da multa prevista no Regulamento dos Serviços de Recrutamento, independentemente das consequências que, pela mesma falta, possam advir para a situação militar dos indivíduos a recensear.

— Salvo manifesta impossibilidade, devem os indivíduos a recensear fazer a entrega, no acto da declaração, de duas fotografias actualizadas, com as dimensões das que se utilizam para os bilhetes de identidade.

— Os indivíduos em idade de recenseamento militar, que residam há mais de um ano em concelho ou bairro que não seja o da naturalidade, podem, querendo, requerer para serem inscritos no mapa de recenseamento respeitante ao concelho ou bairro da sua residência. O requerimento, a que devem juntar o atestado de residência (passado pela Junta de Freguesia, nos termos do Código Administrativo) e a certidão de nascimento narrativa (que pode ser substituída, para efeito de prova, pela apresentação do bilhete de identidade) será dirigido ao Chefe da Secretaria da Câmara Municipal ou ao Secretário da Administração do Bairro da residência e entregue durante o mês de Janeiro.

— Não é autorizada a transferência de recenseamento, em Lisboa e Porto, de um Bairro para outro da mesma cidade, não o sendo igualmente de qualquer concelho da área do D. R. M. 6, para a cidade do Porto.

— São obrigados ao serviço militar, por serem considerados cidadãos portugueses ao abrigo do art.º 18.º do Código Civil, os filhos de pai português e os filhos ilegítimos de mãe portuguesa, nascidos em país estrangeiro que fixaram domicílio no território nacional.

— Aos mancebos com 20 anos de idade ou mais, omissos no recenseamento, cabe o direito de reclamarem perante as autoridades recenseadoras ou os Chefes dos Distritos de Recrutamento e Mobilização.

Estado-Maior do Exército
Lisboa, 1 de Dezembro de 1952
O Chefe da 3.ª Repartição, Interino
a) Carlos Miguel Lopes da Silva Freire.

a) Ten. Coronel do C. E. M.

Cerâmica de Figueiró dos Vinhos, L.ª da

Almofala de Baixo — Figueiró dos Vinhos

Telefone 29/3 (AVELAR)

FABRICAÇÃO ESMERADA

— DE —

Tijolo furado, de várias medidas, prensado e maciço

Telha: Marselha, Lusa e de Canudo

Beirados

PREÇOS SEM CONCORRÊNCIA



AGENTE
E DEPOSITÁRIO

NOS CONCELHOS DE:

Figueiró dos Vinhos — Pedrógão

Grande — Castanheira de Pêra

Alvaiázere

Cimento «LIZ»

Cal Hidráulica MARTINGANÇA

Cimento branco «CIBA»

Aníbal Silveira Herdade

COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES

TELEFONE 43

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

ÓLEOS VEEDOL

Tinta para pintar paredes **MURÁGUA**

Materiais sanitários e seus pertences

Tubo de ferro galvanizado, grés, fibrocimento

Ferro para cimento armado, pregaria, estafe,

Gesso - Carbonil - Tintas e vernizes

TELHA

TIJOLO

ADUBOS

Joaquim Alves Tomaz Morgado

ADVOGADO

Telef. 7

Figueiró dos Vinhos

Henrique Lacerda

ADVOGADO

Castanheira de Pêra

Telefone 60

Figueiró dos Vinhos

Telefone 41

Manuel Arrobo Correia

MÉDICO VETERINÁRIO

Telefone 65

Figueiró dos Vinhos

Joaquim J. Fernandes

MÉDICO MUNICIPAL

RAIOS X — ELECTRICIDADE MÉDICA
CLÍNICA GERAL

Telefone 38

Figueiró dos Vinhos

AGENDA DO CONTRIBUINTE

A) — Contribuições e Impostos ao Estado

Durante o corrente mês estão a pagamento nas Tesourarias da Fazenda Pública as seguintes contribuições e impostos:

— Contribuição Industrial —

Grupos A, B e C: 1.ª prestação das contribuições divididas em 2 ou 4 prestações e a totalidade das contribuições inferiores a 200\$00.

— Contribuição Predial: 1.ª prestação das contribuições divididas em 2 ou 4 prestações e o total das contribuições inferiores a 100\$00.

— Imposto Profissional - Profissões Liberais: 1.ª prestação do imposto dividido em 2 ou 4 prestações e a totalidade quando inferior a 200\$00.

— Imposto Profissional - Empregados por conta de outrem

— 1.ª prestação do imposto dividido em 2 prestações e a totalidade quando inferior a 200\$00.

— Imposto Profissional - Assalariados — 1.ª prestação do imposto dos assalariados cujo desconto não seja feito nas folhas de férias.

— Imposto sobre aplicação de capitais — Secção A: Deve pagar-se neste mês o imposto devido pelos capitais manifestados nas Secções de Finanças até 31 de Outubro do ano findo e dos quais não foi dada baixa até 31 de Dezembro do mesmo ano.

B) — A' Câmara Municipal

Licenças para canideos.

Licenças do Governo Civil (denominadas de porta aberta).

Imposto de prestação de trabalho (Braçal).

EDITAL

Dr. Joaquim Alves Tomaz Morgado, Presidente da Câmara Municipal

Faço saber que, em obediência ao disposto no Art.º 1.º de Dec. n.º 26.178, de 2 de Janeiro de 1925, é obrigatória, para todos os indivíduos ou entidades com domicílio no Concelho, a entrega das declarações determinadas pelo Art.º 4.º do Dec. n.º 17.813, de 13 de Dezembro de 1929, na Secretaria desta Câmara, até ao dia 15 de Janeiro próximo, com referência aos veículos automóveis que possuam (auto-ligeiros, camions e camionetas e motocicletas) e à situação e estado em que os mesmos se encontram à data de 31 do corrente mês de Dezembro, sob pena de 50\$00 de multa por cada veículo não declarado ou com referência ao qual se verifique falsidade de declaração.

As declarações deverão ser feitas em impressos do modelo n.º 18, anexo ao Dec. n.º 19.545, de 31 de Março de 1931, fornecidos por esta Câmara Municipal aos interessados.

Para conhecimento geral e não poder ser alegada ignorância, se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser largamente afixados em todo o Concelho.

E eu, António Antunes dos Santos, Chefe da Secretaria da Câmara Municipal, o subscrevi.

Paços do Concelho, 30 de Dezembro de 1952.

O PRESIDENTE,

Joaquim Alves Tomaz Morgado

O NORTE DO DISTRITO

Publica-se nos dias 10 e 25 de cada mês

Assinaturas

Semestre 12\$00

Províncias Ultramarinas

Ano 31\$00

Estrangeiro

Ano 38\$40

Cobrança pelo correio mais 2\$10

ANÚNCIOS

Preços Convencionais

Visado pela Comissão de Censura

Pedrógão Grande

A IMPRENSA é indiscutivelmente, hoje, um dos meios de propaganda de maior êxito, um dos meios mais eficazes de orientação pública.

Ao iniciar-se, pois, a publicação na nossa Comarca, dum novo jornal com características acentuadamente regionalistas, tendo como principal divisãa defesa das aspirações dos concelhos do norte do Distrito e o encorajamento das iniciativas justificadas dos povos desta região, — Pedrógão Grande não podia ficar alheado a esta publicação, a este incentivo renovador e vitalizador de energias latentes que se torna necessário dinamizar para bem da colectividade e da Nação.

E, por isso, ao ser convidado pela Direcção deste auspicioso hebdomadário a prestar-lhe o seu concurso e colaboração, fá-lo modesta mas gostosamente, na segura e plena convicção de que nele colaborando, e fazendo dele seu porta-voz, contribuirá indubitavelmente para o progresso da sua terra, para o bem estar deste formoso rincão.

* * *

Pedrógão Grande que fica situado no extremo norte do Distrito de Leiria, no dorso de um monte que vai morrer abruptamente na confluência da Ribeira de Pêra com o Rio Zêzere, embalado pelas suas águas sussurrantes, — bem merece, por todos os motivos, uma visita demorada de todos aqueles que tenham o gosto pelo Belo, pois é inegável que Pedrógão Grande, possui paisagens dum bucolismo reconfortante, a par de panoramas que empolgam, pelo seu ineditismo e pela sua agressividade verdadeiramente alpina, o turista mais exigente.

E só um espírito muito obecado poderá deixar de admirar os quadros que a Natureza, aqui, pródigoamente nos oferece, a todo o passo, duma sugestiva magia. Assim o «Largo da Devesa», de poéticas tradições, o «Cabeço da Cotovia», o «Penedo do Granada», a «Senhora dos Remédios», retiro dos ascetas, — são pontos turísticos que, uma vez vistos e admirados, não mais se apagam da nossa retina.

E para coroar tudo isto temos o «Cabril» que Malhã tão genialmente pintou, onde agora, se está construindo a Barragem, — cuja encosta semeada de penedios escarpados, se estende até ao abismo cavado pelas águas milenárias do Rio Zêzere, duma rusticidade apavorante, que impressiona indelévelmente o espírito mais embotado.

Em suma Pedrógão Grande não se orgulha tão somente dos seus arredores encantadores, das suas paisagens «sui-géneris», é já hoje uma vila progressiva, de aspecto cidadão, servida com carreiras diárias para Lisboa. Tomar e Coimbra, com «colectivos» para transporte de mercadorias para os principais centros comerciais do País.

Possui uns Paços do Concelho que foram há pouco tempo profundamente remodelados, satisfazendo cabalmente as suas repartições, pela sua sobriedade aliciante.

O Hospital que está instalado num edifício que foi construído adrede para o fim a que se destina, obedece aos principais requisitos modernos estando dotado com modelares camas para doentes, roupas, mesa de operações, aparelhos de radioscopia e radiologia, e nele vem, há dois anos, com regularidade e feliz êxito, fazendo diversas operações o eminente Homem de Ciência e abalizado cirurgião Sr. Dr. Bissaya Barreto.

Nunca será demais testemunhar a este ilustre cientista, a nossa profunda gratidão, pela sua franca aquiescência ao pedido, em boa hora feito, pelo Sr. Dr. Montarroyo Farinha, para vir operar no nosso Hospital.

Lopes da Costa

Castanheira de Pêra Políbio Fernandes das Neves

E que, finalmente, seja instrumento de pacificação e de apreciável conciliação onde se verifique a existência de dissidências ou más interpretações, alheio a personalismos e a tudo que possa contribuir para o seu desprestígio, mas sempre presente na defesa dos interesses, aspirações e bom nome dos concelhos do norte.

Que seja, em resumo, um realizador de obra útil e proveitosa para a nossa região, como é de esperar de quem o dirige, cujo aprumo moral e dignidade podem ser apontadas como exemplo.

No declínio da nossa vida política, preste a findar, são estes votos bem sinceros e expressivos que formulamos no momento presente, votos certamente ditados pela experiência de mais de trinta anos de política activa e plena de dedicação, por vezes salpicados de lutas violentas e exaustivas.

F. C.

Mário Firmino

Encontra-se em franca convalescência, depois da doença impertinente que o tem retido no leito, este nosso querido amigo e considerado Sócio-Gerente da Sociedade de Lanifícios de Figueiró dos Vinhos, Limitada.

Formulamos os votos mais sinceros pelo seu completo restabelecimento.

Mário Firmino

Depois de ter prestado serviço, provisoriamente, na Agência do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, em Castelo Branco, foi agora nomeado seu Sub-Gerente, este nosso amigo que na Agência daquele estabelecimento bancário, nesta vila, exerceu as suas funções durante muito tempo.

O NOSSO APELO

O aparecimento de «O Norte do Distrito», jornal que vai publicar-se quinzenalmente na nossa terra, deve constituir motivo de regozijo e até de orgulho, para todos os figueiroenses de boa vontade.

Desejamos, com vaidade bem legítima, incluírmo-nos no número daqueles que assim hão-de pensar e sentir e, por isso, também, queremos colocar-nos em posição de podermos corresponder, pelos meios ao nosso alcance e dentro das nossas possibilidades, ao esforço e sacrificio dos que tomaram deliberadamente sobre os seus ombros a baírrista mas pesada tarefa, de dotar a sua terra e a sua região com tão importante e poderoso baluarte da defesa dos seus interesses e das suas mais prementes aspirações.

Entendemos que alinhavando algumas palavras generosamente acolhidas nas colunas do novel periódico, já prestamos, de certa maneira, um contributo, sem dúvida modesto, mas que leva a marca indelével do entusiasmo e do reconhecimento por uma ideia, por uma realidade agora, a bem de Figueiró.

São variadíssimos os motivos que nos parecem justificar a aparição de «O Norte do Distrito».

Um, de entre todos, nos alegra e sensibiliza: a certeza de que levará aos nossos conterrâneos e amigos mas, especialmente, aqueles que lutam pela vida, ausentes da Pátria e longe da família, notícias da sua terra, lavadas como os seus ares, puras e cristalinas como a água das suas fontes, claras como o Sol que a fecunda e alumia.

São estes, principalmente, que necessitam saber que na sua aldeia foi construída uma fonte; que se tormearam os montes com uma estrada de acesso ao seu lugar; que se ergueu uma escola na sua freguesia; e que, no seu concelho, se edificou um baíro para pobres e se levantou um grande hospital.

Importa-lhes, legitimamente, conhecer todos os demais problemas que se relacionem com o bom nome, o prestígio e o desenvolvimento da sua terra e da sua região porque, mais do que ninguém, sentem essa necessidade e vivem esses anseios.

O tempo e a distância que os separam do seu torrão e a natural evolução da vida local nos seus múltiplos aspectos, vão desactualizando as imagens e as impressões que levaram consigo na hora da partida.

As carças de família são pequenas para caberem nelas a saudade das mães, o amor das esposas e dos filhos e o carinho desvelado dos amigos, quanto mais para por menorizarem factos que se colocam em segundo plano aos olhos embotados pela banalidade de que se revestem as coisas, quando vistas de perto e a cada momento.

Quem lhes pode levar então, com mais clareza e regularidade, o que resta para lhes proporcionar um mínimo de conforto moral e de permanente actualização do que se passa na sua terra?

Sem dúvida, um jornal.

Porém, para que ele possa cumprir integralmente esta bela e prestimosa missão, torna-se necessário que seja norteado por princípios de isenção e de justiça, de forma a conseguir, em toda a parte aonde chegue, um ambiente de sinceridade e de confiança.

Estamos certos de que «O Norte do Distrito» reúne todas as

(Continua na página 6)

A Guisa de Programa

Por isso este jornal, como se deduz da própria denominação que adoptou, dará guarida a todos os que nas suas colunas queiram tratar, não só dos problemas que forem comuns a toda esta formosa região do extremo norte do nosso Distrito, mas também dos problemas específicos de cada um dos concelhos que a compõem.

De facto, regionalismo significa um conjunto de sentimentos e de ideias, que, partindo do reconhecimento da existência da afinidade e comunhão de interesses relativos a determinada região ou área territorial, procura estudar esses interesses no sentido de prestar contributo à valorização dessa região.

Ora, é inegável que os concelhos do norte do Distrito tem problemas e aspirações que são comuns — bastará citar o problema das vias de comunicação — e por isso eles podem, em nosso entender, ser encarados como constituindo, pelo menos em relação a essa comunhão, uma unidade de sentido regional.

Esta verdade é sobretudo evidente com relação aos concelhos de Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande — não esqueçamos que ao primeiro estamos ligados pelos laços imperecíveis do nascimento, — que, com o nosso, formam a comarca de Figueiró dos Vinhos, mas verifica-se também relativamente aos outros dois concelhos limítrofes: Alvaiázere e Ansião.

Nesta orientação regionalista, anima-nos o desejo de estreitar cada vez mais as relações de boa vizinhança, compreensão e solidariedade já existentes entre os povos desta região, e, por isso, o nosso jornal acompanhará o maior interesse todos os acontecimentos que lhe digam respeito e abrirá de boa vontade as suas colunas aos que queiram apresentar e debater as questões e problemas que a ela interessam.

Ao afirmarmos que «O Norte do Distrito» se orientaria pelos princípios da Ordem Social e Política vigente, tomamos posição definida relativamente ao caso político e social do nosso tempo.

Entendemos que aos grandes princípios da nossa ordem política e social se deve a Era de grandeza e de renovação que se está vivendo em Portugal há um quarto de século.

Não podemos esquecer que é graças a estes princípios que temos vivido no respeito e no amor pela Pátria, pela Religião e pela Família, no respeito pela ordem e pelo prestígio da autoridade e ainda no respeito pelo trabalho e pelo cumprimento do dever.

São estas as verdades essenciais em que se alicerçou, graças ao Estado Novo, a Nova Ordem Portuguesa e com elas temos caminhado serenamente na senda do progresso e da paz social.

A elas devemos o prestígio de que indiscutivelmente gozamos nos meios internacionais e o respeito de todos aqueles para quem a civilização milenária que nos legaram as gerações passadas, não é uma palavra sem significação.

Foi no respeito e no amor por estas verdades fundamentais que se ergueu e consolidou a Nacionalidade, se difundiu a Fé e o Império e se descobriram e deram novos Mundos ao Mundo.

E' com igual respeito e com igual amor que Portugal está dando no presente, ao Mundo inquieto em que vivemos, o exemplo da sua ordem, do seu pro-

gresso e do seu bem estar social.

Na luta ingente em que se debate o mundo actual e o consequente destino da humanidade, entendemos não haver lugar para hesitações, comodismos ou soluções intermédias.

Dum lado estão os que se norteiam pelos grandes ideais da civilização, do outro os que querem o extermínio de todos os valores morais, de tudo quanto existe de espiritual, de tudo quanto pode elevar e dignificar o Homem.

Não há lugar para tréguas nesta luta. Há sim que cerrar fileiras à volta dos grandes valores que nos são mais caros.

Não obstante o materialismo que parece campear numa parte da sociedade e que faz com que muitas vezes as consciências se aviltem em holocausto a interesses inconfessáveis e egoístas, o povo português conserva o sentimento tradicional, nacionalista e cristão, que lhe foi insuflado desde os primórdios da Nacionalidade.

Estamos, é certo, na época da velocidade, dos aviões a jacto, da televisão, da bomba atómica e de tantas outras conquistas maravilhosas da ciência, tudo isto parecendo impor o predomínio do material sobre o espiritual; mas apesar disso, cremos confiadamente que a humanidade anseia por despojar-se do conceito materialista da vida, para procurar de novo o caminho da sua elevação moral e espiritual.

Como disse Giovanni Papini:

«A vida mecanizada, sôfrega de todos os instantes, que devora a pessoa humana... o homem deverá opor a vontade de ser melhor pelo coração, pela alma e pelo espírito».

Integrados nestes grandes princípios que nos fazem sentir o amor à terra que nos viu nascer, às suas tradições e à sua gloriosa História, reconhecemos e sentimos também que eles são indispensáveis para que no nosso País continue o reinado triunfante da Oruem, do Progresso e da Justiça.

Por isso, afirmamos aqui a nossa fé inquebrantável nas grandes verdades da civilização do Ocidente, nas ideias e nos princípios da Revolução Nacional e nos homens que estão presidindo aos destinos da nossa Pátria.

Resta nos dizer ainda uma palavra.

Sabe-se quanto a Imprensa é elemento importante na vida e no progresso dos povos e quanto é delicada e nobre a sua missão.

Por isso mesmo, ela constitui uma arma poderosa que será útil, se exercida com o fim de orientar e esclarecer, de propagar ideias sãs, de se bater por causas justas; perigosa e nociva se, traindo essa missão, ocultar ou deturpar os factos, desprezar a verdade, desrespeitar a razão e a justiça, servir vaidades ou egoísmos.

No caminho que fica traçado não esqueceremos a nobreza da nossa missão.

Na medida dos seus recursos, «O Norte do Distrito» seguirá este caminho dentro da orientação que fica delineada, procurando servir a causa do concelho de Figueiró dos Vinhos e de toda a região do norte de Leiria, o que significa que servirá também, dentro da modesta esfera da sua acção, a causa do nosso Distrito, que é, pela extensão das suas riquezas e pela variedade e beleza das suas terras, uma das mais valiosas e formosas parcelas do nosso País.

Algumas palavras sobre Assistência

Escrever, duas linhas que sejam, sobre Assistência no nosso País, é sempre grato a quem como nós, por força da profissão e por impulso da sensibilidade, está em permanente contacto com os infelizes que necessitam de amparo moral e material.

Se nos debruçarmos sobre o panorama actual da assistência em Portugal e fizermos um confronto sobre o que existia, retrocedendo para além de duas décadas, temos que verificar quão generosa e atenta tem sido a acção do Governo da Nação neste capítulo.

A assistência à criança, a protecção à grávida, a profilaxia e tratamento da tuberculose, a profilaxia e tratamento dos leprosos, o que o mesmo é dizer a existência de Dispensários, Sanatórios, Hospitais, Centros de Assistência e Casas de Criança distribuídos profusamente por todo o país, não são mais do que pedras firmes assentes sobre sólidos pilares, alicerces duma obra gigantesca, que, se ainda não é perfeita, não nos desonra nem nos deslustra já, traduzindo claramente os desejos e os propósitos do Governo da Nação de fazer mais e melhor.

As condições sociais da época em que vivemos — período sobremaneira angustioso e sombrio — força-nos claramente a olharmos cada vez com maior interesse e carinho para os desprotegidos da sorte, quer na doença, quer na invalidez, quer na indigência, cultivando cada vez mais a caridade, esse nobilíssimo sentimento das nossas almas, generosa política do nosso coração.

Torna-se, assim, cada vez mais imperioso o dever de todos cooperarmos nesta altruísta campanha de bem fazer, dando o melhor do nosso esforço e do nosso auxílio, numa colaboração útil e eficiente com as entidades coordenadoras dos planos de assistência.

É evidente que só o auxílio do Estado não basta para ocorrer a todos os problemas deste género, socorrendo os que precisam.

Mas, se não desejamos que haja dispersão de energias e boas vontades, desejamos por outro lado que todos se unam numa acção profícua e construtiva, fazendo caridade e assistência salutar e inspiradas apenas em sentimentos filantrópicos. É esta a nobre política que o Estado faz em matéria de assistência e a que preconiza que sigam, para bem de todos.

É a campanha assistencial em prol da criança em Portugal que, pela sua grandeza, pela sua projecção, pela eficiência dos resultados colhidos, domina acima de todas as outras, justamente porque zelando a criança — unidade social de primeira grandeza — constitui uma obra profundamente enternecedora.

Quando há pouco mais de 20 anos ensaiávamos os primeiros passos na vida profissional que abraçamos, vivíamos fortemente impressionados com a taxa de mortalidade infantil nesta encantadora terra.

A nossa sensibilidade de clínico novato, dotada então dum impressionismo mais acentuado, chocava-se sobremaneira com o espectáculo doloroso que ainda hoje vivemos sem poder olvidar: era raro o dia em que não ia a enterrar uma criança. Um pequeno caixão, uma alma pequenina

roubada à vida, alguns ramos de flores, um pequeno cortejo de acompanhantes...

E tudo acabava numa pobre sepultura com algumas lágrimas a orvalharem a última guarida daqueles anjos pequeninos. Tudo acabava, admitindo-se como a coisa mais natural deste mundo: morreu com uma enterite.

E era, de facto, assim.

O cortejo, quase diário, de pequenos defuntos prosseguia, após uma consulta médica em que os pequenos apareciam com gastro-enterites de formas graves, em situação clínica de tal gravidade que tornava imprópria a batalha terapêutica que, imediatamente, era instituída.

Eram crianças de poucos meses, com ventres disformes, alimentadas, desde a primeira hora, com batatas, ovos, vegetais e... vinho!

Mães que numa criminoso inconsciência, lançavam os inocentes filhos ao desprezo mais selvático em matéria de higiene e cuidados alimentares.

Mães que matavam assim os filhos e, quando procuravam socorros médicos, ainda tinham nos lábios uma pedra de atrevida maledicência para atirar ao pobre clínico, que, impotente para debelar tamanho mal, se limitava muitas vezes a verificar um óbito com a angústia e a revolta bem gravadas no olhar compadecido.

Quantas dessas dores não soufri eu, nesses trágicos tempos em que via as pobres crianças roubadas ao coração dos pais, morrendo aos estragos das enterites fatais...

Não era só em Figueiró dos Vinhos que se apresentava este doloroso panorama. A taxa de mortalidade infantil era assustadora por todo o país.

Era preciso ensinar às mães como cuidar dos filhos, assistir à criança desde a hora do nascimento e segui-la sob olhos vigilantes nos conselhos de higiene, na curva do peso, na profilaxia e combate à doença.

Era preciso que se cuidasse e organizasse o que o Governo da Nação, sob a égide de Salazar, cuidou e organizou — a assistência materno — infantil em Portugal.

Assim se criaram os Centros de Puericultura, as consultas de higiene pré-natal, as creches, os lactários, as colónias de férias marítimas e de altitude, enfim, assim se constituiu o arsenal defensivo da saúde da criança e em tais moldes que, deminuída vitoriosamente a taxa de mortalidade infantil, podemos e devemos continuar a lutar tranquilamente, confiadamente, de maneira a atingir aquele nobre desideratum que se lê num dístico firmado numa grandiosa obra de assistência à criança do Prof. Dr. Bisaya Barreto: *Façamos felizes as crianças da nossa terra.*

A criança — unidade social da maior grandeza — merece e exige que se olhe por ela, fazendo-a feliz no futuro e útil a si e à sociedade.

Façamos, pois, as crianças felizes, robustecendo-as, transformando as em crianças fortes e saudáveis, valiosas pedras ao serviço da Família e da Nação.

Com estas singelas e desprezíveis palavras quero terminar estas divagações sobre assistência, fazendo os meus votos para que, no novo ano que se vai

Fita da Quinzena

Proponho-me pôr em cena, Nesta Fita da Quinzena, Os assuntos pitantes Que, durante os quinze dias, Mereçam as primazias Destes versos importantes...

E p'ra tema inaugural Falaremos do Natal, Das filhós e dos perus, E do trabalho insano Que, nessa noite do ano, Tem o Menino Jesus.

Sai do Céu, carregadinho De brinquedos. Coitadinho, Vai correr de lés a lés O mundo, a terra inteira E ter a santa canseira De descer as chaminés

E pôr em cada sapato, Com muito geito e recato, Como é costume Seu, Os brinquedos que trazia E que o menino pedia Na carta que Lhe escreveu.

Mas neste Natal, porém, O Menino teve alguém, Transido e cheio de dó P'lo seu trabalho esgotante, Que o ajudou bastante Em terras de Figueiró!

Esse Alguém, que teve o tino De render o Deus-Menino Na sua bela missão, Reuniu a pequenada Naquela tarde encantada E abriu-lh' o coração.

Houve doce e pão p'ra todos; Brinquedos, eram a rodos, E cinema do *Charló*. Foi tão grande a alegria Que muita gente dizia: *Veio o Céu p'ra Figueiró!*

A Fita presta homenagem De acordo coa miudagem Ao Menino Deus profano... Fazendo votos ardentes P'ra que traga mais presentes, Se Deus quiser, 'inda este ano!...

Repórter Zero

O Nosso Apelo

condições para alcançar este desideratum.

Ainda uma palavra, para exteriorizar a nossa convicção de que o jornal há-de ser, de certo modo, aquilo que os seus assinantes e leitores quiserem que seja...

Por isso, num apelo pessoal e sem procuração de quem quer que seja, a uns e outros nos dirigimos, principalmente, repetimos, aos que as contingências da vida levaram a procurar, fora da terra que lhes foi berço, o pão nosso de cada dia, incitando-os a que concorram com a sua boa vontade, com o seu apoio e o seu carinho, para que «O Norte do Distrito» possa ser o que está no pensamento dos seus dirigentes e dos seus colaboradores: o defensor intransigente dos interesses de Figueiró dos Vinhos, que são os nossos interesses, o porta voz claro e sem interferências, de tudo quanto possa concorrer para o seu progresso e engrandecimento.

Jan

iniciar, todos prossigamos com vontade firme, ao lado dos nossos Governantes, na luta generosa em prol da assistência, a bem dos que precisam.

J. J. Fernandes

RESPIGANDO...

(Para os meus alunos)

Numa conversa entre amigos, a que num dos últimos dias deste frigidíssimo Dezembro me foi concedida a honra de assistir, um deles empregou a palavra — *rubrica* —, declarando, com a maior naturalidade e franqueza, apanágio das almas generosas e belas, que não sabia bem qual a acentuação do referido vocábulo, pois o tinha ouvido pronunciar a várias pessoas de categoria social elevada, como esdrúxulo e como grave, respectivamente — *rubrica* e *rubrica*.

Em seguida à indicação do nome de uma pessoa, cujo último apelido era *júnior*, surge, na minha frente, um outro bom amigo, figura, não direi de tão *grandíssima estatura* que não fosse preciso alçar-se no bico dos pés, como é seu costume, para ser ouvido, e, num tom de voz, *horrendo* não, até agradável, mas a fingir de *grosso*, me pergunta: — *E' júnior ou jnnior?*

Como a conversa tivesse de ser acabada urgentemente e eu não pudesse responder, ali, ao meu interlocutor, tomei logo isto para assunto dum contributo que me pediram para o jornal — *O Norte do Distrito* —, contributo na verdade bem humilde, desprezioso e sem valor, a que, se me consentem, darei o título — *Respigando...* — com o subtítulo:

(Para os meus alunos).

Rúbrica ou *rubrica*?

Na verdade, entre nós, muitas pessoas, e algumas delas tidas como douts, pronunciam *rúbrica*; mas, se atenderem a que esta palavra veio, por via erudita, do étimo latino — *rubrica*, palavra grave nesta língua, com acento tónico no *i*, mudarão certamente de parecer e começarão a pronunciar — *rubrica* —, única pronúncia correcta na prosa portuguesa.

No latim esta palavra é derivada do adjectivo — *ruber* —, vermelho, e significou, primeiramente, *terra vermelha*, *ocra vermelha* que servia, principalmente, para escrever os títulos ou artigos das leis.

Mais tarde, *rubrica*, título das leis a lápis vermelho e também a própria lei em cujo sentido se emprega nos Missais e outros livros litúrgicos para indicar (a vermelho) a norma ou regra a seguir na celebração dos ofícios da Igreja.

Mais tarde, o significado da palavra *rubrica* foi-se alargando de tal maneira que, do sentido de — *signal a vermelho* — veio a significar o que se escrevia depois do nome ou título nas assinaturas.

Hoje, *rubrica*, com acento tónico no *i*, sem receio de errar, significa *firma abreviada*, e não deve pronunciar-se *rúbrica*, mas, repito, *rubrica*.

Júnior ou *Junior* com acento tónico na última sílaba?

Tanto uma como outra são igualmente correctas.

A primeira com acento tónico no *u* é erudita, proveio do Nominativo latino *iunior*. A segunda é popular, vinda do Acusativo latino *iuniorum*, com apócope ou queda do *e* e *m* finais.

Ambas são formas contractas, respectivamente, de *iunior* e *iuniorum*, representam um comparativo sintético latino correspondente ao analítico português — *mais novo*, que é a final, o que, tanto uma como outra, significam.

E já agora, para terminar, não quero deixar de dizer que o



Associação Desportiva

de Figueiró dos Vinhos

Esta prestigiosa colectividade desportiva, única que, presentemente, existe no Norte do Distrito, vem lutando com sérias dificuldades quer monetárias, quer por carência de elementos para defesa das cores das suas equipas.

A actual Direcção pretende imprimir-lhe novas directrizes quanto à prática das várias modalidades desportivas, no decurso deste ano. Para tanto necessita do apolo de todos os figueiroenses, amigos ou não do desporto. A estes se pede, unicamente, a sua inscrição como sócios da colectividade, porquanto, sem o auxílio invocado, não será possível fazer ressurgir o desporto local que, aos poucos, parece extinguir-se.

É pena, de facto, e com mágoa o constantamos, que a mocidade desta terra tenha esquecido as vantagens prestadas ao desenvolvimento físico pela prática do desporto, dirigido e ordeiramente acatado. Além de que, está hoje sobejamente provado, o desporto é um dos mais importantes motivos para uma maior aproximação entre as populações dum mesmo país e até de continentes.

A mocidade figueiroense nos dirigimos, pois, incitando-a à prática da modalidade mais de harmonia com a compleição física e preferência de cada um, e, ao mesmo tempo, lembrando-lhe que o desporto só cumpre a missão que se propõe quando praticado com método, espírito de lealdade e submissão aos dirigentes responsáveis.

E dela ficamos esperando a palavra de «presente» a este nosso apelo, para que a Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos possa sair da penumbra em que, pelas razões apontadas, se encontra, e, possa assim, contribuir para o progressivo desenvolvimento do desporto na região.

Manuel Arrobo Correia

Quaresma Ferreira

Advogado

Telef. 58 Figueiró dos Vinhos

plural destas palavras, a que acabo de referir-me, tão usado, na actualidade, pelos jogadores do futebol e seus afeiçoados, é — *juniões*, com acento tónico na vogal *o* e não *juniões*, com acento tónico na 1.ª sílaba, como tenho ouvido dizer.

Sérgio dos Reis